



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## Relatório INSP-2020-0156

BI-2020-0099

### 1 – Dados gerais

#### 1.1 - Inspeção

**Data:** 24/11/2020

**Hora:** 10h20

**Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** Cláudia MFG. Rosa

**Outros inspetores da IRA:**

#### Descrição da inspeção:

A inspeção teve como objetivo a verificação do cumprimento do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2016/A, de 16 de junho, que estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano, e respetiva portaria de regulamentação, Portaria n.º 61/2012, de 31 de maio.

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

A visita inspetiva foi acompanhada pelos Vigilantes da Natureza do Serviço de Ambiente do Faial, Mário JP. Silva e Patrícia AS. Meirinho.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

#### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Município da Horta

**NIPC/NIF:** 512073821

**Sede/morada:** Paços do Concelho - Largo Duque de Ávila e Bolama

**Código Postal:** 9900-141

**Freguesia:** Horta (Matriz)

**Concelho:** Horta

**Ilha:** Ilha do Faial

#### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Furo da Fonte do Rego - Captação de Água para Abastecimento Público para Consumo Humano

**Endereço:** Feteira

**Código Postal:** 9900

**Freguesia:** Feteira

**Concelho:** Horta

**Ilha:** Ilha do Faial

**Atividade principal:** Administração local (CAE Rev.3: 84113)

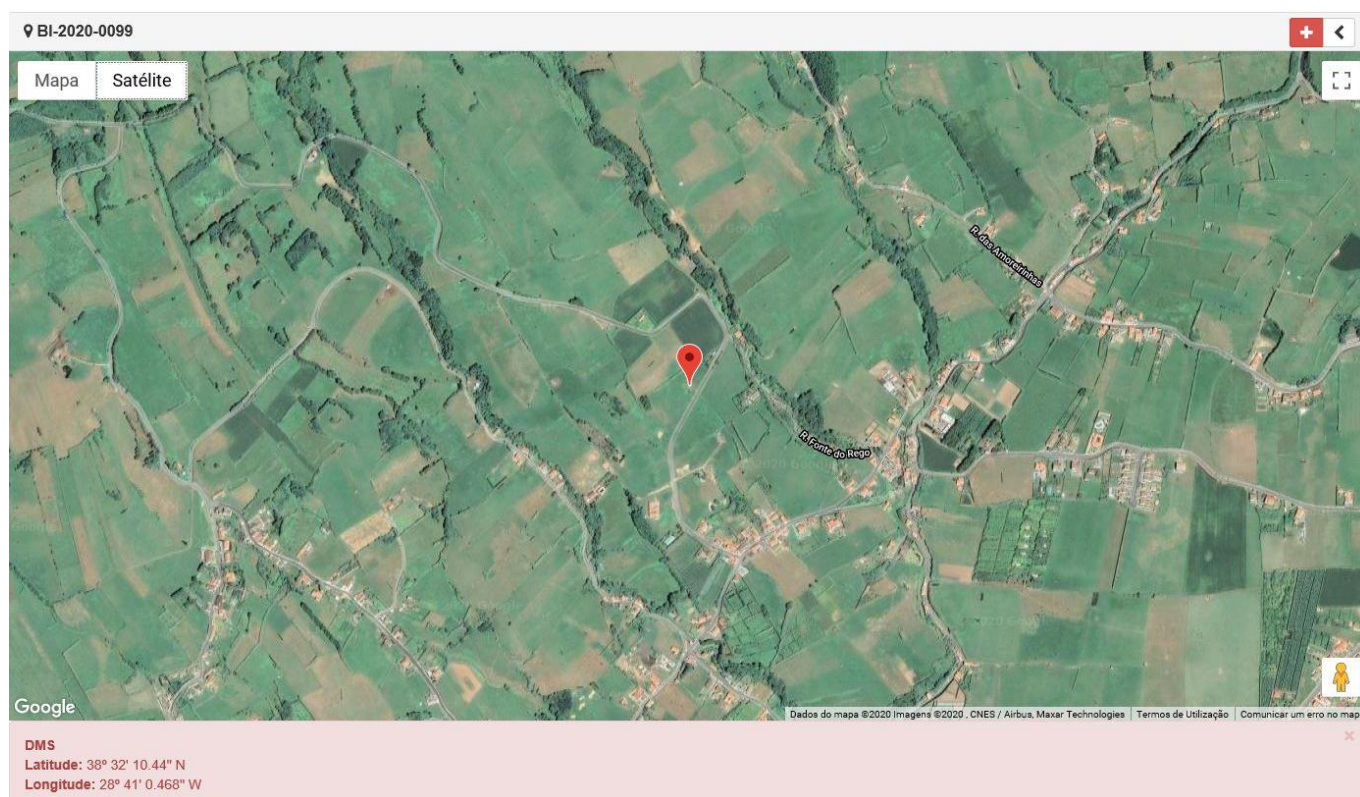
**Outras atividades:** Captação e tratamento de água (CAE Rev.3: 36001)

**Licenciamento da atividade:** **Não licenciada**



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

**Coordenadas geográficas: Latitude: 38° 32' 10,44" N; Longitude: 28° 41' 0,47" W**



**Figura 1:** Localização do estabelecimento inspecionado – Furo da Fonte do Rego.

## 2 – Situação observada

### 2.1 – Antecedentes

Não foram encontrados antecedentes na IRA sobre o Furo da Fonte do Rego.

### 2.2 – Descrição da situação observada

No local verificou-se o seguinte:

- i) A área afeta à zona de proteção imediata da captação de água não se encontra vedada nem sinalizada;
- ii) A existência de gado em pastoreio na área afeta à zona de proteção imediata do furo de captação de água (Figuras 3 a 6).

**OBS:** A zona de proteção imediata deve permanecer limpa de quaisquer resíduos ou produtos que possam provocar a infiltração de substâncias prejudiciais para a qualidade da água da captação, sendo interdita qualquer instalação ou atividade na zona de proteção imediata, com exceção das que têm por objetivo a conservação, manutenção e melhor exploração da captação.





SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



**Figura 2:** Localização do Furo da Fonte do Rego e respetiva zona de proteção imediata.  
(Fonte: Sistema Regional de Informação sobre a água (SRIA); <http://sig.sram.azores.gov.pt/SRAM/site/SRIA/> )



**Figuras 3 e 4:** Estrutura que contém a captação de água e respetiva casa com o quadro elétrico e comando da bomba.





Figuras 5 e 6: Pastoreio de gado na zona de proteção imediata da captação de água.

## 2.3 – Outras informações obtidas

### 2.3.1 – Consulta do Portal de Informação Geográfica da Direção Regional do Ambiente – Sistema Regional de Informação sobre a Água (SRIA)

Da consulta do SRIA verificou-se a localização da captação, bem como que a zona de proteção imediata respeitante ao perímetro de proteção das captações de água para abastecimento público corresponde à área da superfície do terreno delimitada por um círculo com centro na captação e raio de 30 metros, conforme previsto no n.º 1 do artigo 4.º do DLR n.º 10/2016/A, de 16/06 (Figura 2).

### 2.3.2 – Contacto com a Direção de Serviços de Recursos Hídricos

Na sequência de contacto efetuado com a Direção de Serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território, confirmou-se que o Furo da Fonte do Rego não se encontra licenciado.

## 2.4 – Enquadramento legal

- Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 44/2017, de 19 de junho;
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que estabelece o Regime de Utilização dos Recursos Hídricos, com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 novembro;
- Decreto Legislativo Regional n.º 10/2016/A, de 16 de junho, que estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano na Região Autónoma dos Açores.
- Portaria n.º 61/2012, de 31 de maio, que aprova a delimitação do perímetro de proteção das captações de água para abastecimento público, e que se mantém em vigor ao abrigo do artigo 14.º do DLR n.º 10/2016/A, de 16/06.



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

Infração		Enquadramento legal
a)	Captação de água para abastecimento público para consumo humano, através do Furo da Fonte do Rego, na freguesia da Feteira, concelho da Horta, sem o necessário título de utilização dos recursos hídricos.	Viola os artigos 59.º, n.º 2 e 61.º, alínea a), da Lei n.º 58/2005, de 29/12, configurando a prática de <u>contraordenação ambiental muito grave</u> , prevista no n.º 3, alínea a), do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de € 24 000 a € 144 000, em caso de negligência, e de € 240 000 a € 5 000 000, em caso de dolo, nos termos do n.º 4 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
b)	Incumprimento da obrigação de assegurar a vedação e sinalização da área afeta à <u>zona de proteção imediata</u> da captação de água para abastecimento público – Furo da Fonte do Rego, na freguesia da Feteira, e de a manter limpa de quaisquer resíduos ou produtos que possam provocar a infiltração de substâncias prejudiciais para a qualidade da água da captação.	Viola o artigo 4.º, n.º 3, do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2016/A, de 16/06, configurando a prática de <u>contraordenação ambiental leve</u> , prevista no n.º 1 do artigo 12.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de € 2 000 a € 18 000, em caso de negligência, e de € 6 000 a € 36 000, em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
c)	Violação da interdição de qualquer atividade na zona de proteção imediata (com exceção das que têm por objetivo a conservação, manutenção e melhor exploração da captação), nomeadamente, a existência de gado em pastoreio na <u>zona de proteção imediata</u> da captação de água para abastecimento público – Furo da Fonte do Rego, na freguesia da Feteira.	Viola o artigo 4.º, n.º 2, do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2016/A, de 16/06, configurando a prática de <u>contraordenação ambiental leve</u> , prevista no n.º 1 do artigo 12.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de € 2 000 a € 18 000, em caso de negligência, e de € 6 000 a € 36 000, em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 4 – Indicações e medidas adotadas

### Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Envio do relatório de inspeção à DRA e à ERSARA para conhecimento.

Horta, 7 de dezembro de 2020

A Inspetora Superior Principal